

# A VERDADE E SEUS OBJETOS

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Versão de 4 de março de 2008. A primeira versão deste trabalho, destinada a meus alunos de Metodologia Científica para Economistas (EESP/FGV), foi escrita em janeiro de 2004.

Eu sei que existe a verdade em oposição à falsidade, que ela pode ser alcançada se as pessoas desejarem, que vale a pena buscá-la, e que não é apenas a mais valiosa, mas a mais aprazível das coisas no mundo. (Locke, Correspondência VI)

**Abstract.** Theories on truth can be realist or relativist. Realist theories, like neopositivism, falsificacionism, and coerentism, assume the separation of the observer from the facts, and assert that it is possible to find words that make thoughts conform to facts. Relativist or epistemic theories, like pragmatism, the rhetoric theory, and the ideological theory of truth, doubt that this is possible, and look for more modest criteria to assert the truthfulness of a statement or a theory like its usefulness, the consensus achieved on it, or its persuasiveness. The author rejects these theories arguing that if, when the facts to be studied are simple, truth is achievable, this means that this will be also theoretically possible when they are complex. Yet, scientist should not be arrogant, and he asks for a modest theory of truth, particularly in the case of the social sciences, which deal with facts extremely complex and continuously changing.

A discussão sobre a verdade é tema central dos filósofos desde os gregos. Com o racionalismo moderno a verdade tornou-se alcançável pela razão cartesiana. No século dezoito, a partir de Kant, a filosofia, confrontando-se com a competição implícita no extraordinário avanço das ciências, passou a considerar como seu campo específico não mais o conhecimento do ser, a ontologia, mas a epistemologia – o estudo crítico do conhecimento. E reservou-se também a filosofia política e a filosofia social – campos em que ciência empírica tinha menos recursos para avançar. No século dezenove, Marx e depois Freud, com suas teorias da ideologia e do inconsciente, estabelecem as condicionantes sociais e psíquicas da descoberta da verdade; mas isto não impediu que, com o enorme avanço da ciência, à verdade fosse atribuída certeza desde que fosse aplicado o ‘método científico’: a verificação

empírica das hipóteses científicas, e/ou a constatação de consistência lógica da teoria científica. A verdade ganhava, assim, dois critérios que deveriam em princípio ser compatíveis: a da verdade empírica e a da verdade consistente, correspondentes, respectivamente, a um método empírico, indutivo-dedutivo, e a um método hipotético-dedutivo. E a ciência – a descoberta da verdade – tornava-se positiva. Entretanto, a ‘crise da razão’ do início do século vinte, marcada pela teoria da relatividade e pela Primeira Guerra Mundial, põe em cheque toda a modernidade, inclusive seu otimismo em relação à verdade. A vitória aliada na Segunda Guerra Mundial reaviva as esperanças na modernidade, mas, depois do relativo fracasso das utopias tanto socialistas quanto democráticas que o fim da guerra propiciara, ocorre a emergência do pós-modernismo, que, ao mesmo tempo em que retoma a questão das condicionantes sociológicas e psicológicas do conhecimento, desenvolve uma visão cética e desencantada do mundo. As ‘grandes narrativas’, ou seja, as grandes teorias e as grandes utopias sociais passam a ser condenadas. Torna-se poderosa a sensação de que ‘tudo é relativo’ – que nem a verdade, nem a liberdade, nem a justiça seriam alcançáveis – que a idéia de progresso, à qual estava associada a modernidade desde o século dezoito, tornara-se uma idéia superada.

Nesse processo, a filosofia, ao invés de abrir espaço para o novo conhecimento, adquire um caráter crítico. “A filosofia contemporânea”, como diz Jacques Bouveresse (1984: 13), “preocupa-se menos em saber o que pode ser verdade, e mais em criticar a importância que as ciências e a metafísica lhe atribuem”. O pós-modernismo, que se pretende transformador, insiste no ‘fim das grandes narrativas’, mas isto tem como efeito não previsto o surgimento nas universidades de ciência normal burocrática, na qual o empirismo rasteiro combina-se com a transposição para as demais ciências sociais do formalismo hipotético-dedutivo da teoria econômica neoclássica. As grandes visões integradoras de teoria econômica, como as de Keynes e Schumpeter, de teoria política, como as de Habermas e Rawls, de teoria social, como as de Marx e Weber, são rejeitadas, mas o fato é que elas continuam vivas porque sem elas o ser humano é incapaz de ver o mundo e se ver no mundo. O relativismo continua presente em toda parte, mas a verdade e a confiabilidade permanecem necessidades humanas fundamentais: não apenas o desenvolvimento científico e tecnológico, mas as próprias relações sociais só podem ocorrer e se organizarem se partilharem o objetivo da verdade e a virtude da confiabilidade. Conforme lembra Bernard Williams (2002: 11-13),

“a confiabilidade [truthfulness] implica o respeito pela verdade”. Não obstante, observa ele, existe no mundo moderno uma constante tensão entre a busca da verdade e a dúvida quanto a haver uma verdade. De um lado temos aqueles que irresponsavelmente negam que a verdade possa ser alcançada, mesmo as verdades mais simples, e de outro aqueles que corretamente afirmam a existência de verdades simples, mas renovam o positivismo em termos analíticos ao se satisfazerem com elas, ao invés de buscar a interpretação das realidades mais complexas: “Embora a confiabilidade tenha que ser baseada em – e revelada nas – nossas próprias relações com as verdades quotidianas, ela precisa ir além da verdade que se apresenta como verdade quotidiana”. Conforme Williams aprendeu de Nietzsche, o compromisso com a verdade, implica, da parte de cada um, da coragem de rejeitar as “concepções metafísicas tradicionais que nos ajudaram a dar sentido ao mundo... O valor da confiabilidade envolve a necessidade de encontrar a verdade, de ficar firme com ela, e, em particular, de dizê-la a si próprio”. Talvez a verdade não seja a mais aprazível das coisas do mundo, mas Locke tem razão quando afirma que é a mais valiosa. Eu apenas acrescentaria que é a mais valiosa em conjunto com a confiança, que é um conceito gêmeo. Sem acreditarmos na verdade e termos a confiança do outro que estamos sendo sinceros não é apenas a ciência que se torna impossível, mas toda relação humana.

A verdade possui uma definição clássica: é a adequação do pensamento ao fato. Ou, mais especificamente, é a adequação tanto de proposições isoladas e, principalmente, de proposições organizadas em forma de narrativa ou de teoria aos fatos ou aos sistemas de fatos. Outras definições podem ser buscadas, mas dificilmente será possível variar muito em relação a esse conceito simples, porque é dessa forma que essa palavra verdade é normalmente entendida pelas pessoas, e é esta a definição básica que os dicionários trazem.<sup>1</sup> Teremos, entretanto, que voltar ao conceito de verdade, e discutir outras possibilidades, principalmente o critério da coerência e o critério da previsibilidade/utilidade porque a eles correspondem teorias de verdade. Estas teorias, em primeiro lugar, dividem-se entre as realistas ou objetivistas, que acreditam na possibilidade de se alcançar a verdade, e as relativistas ou céticas que negam essa possibilidade. Em seguida, dependendo da arrogância ou da modéstia

envolvida, teremos ou teorias positivistas, ou teorias apenas realistas. Sob o ângulo do critério de verdade, temos, de um lado, as teorias de verdade como correspondência ou simplesmente realistas, as pragmáticas e as coerentistas. Por outro lado, sob a perspectiva das condicionantes do conhecimento, temos ou as teorias que enfatizam as condicionantes históricas e ideológicas do conhecimento, ou aquelas que as subestimam. Em todos os casos, porém, é preciso, primeiro, distinguir as teorias que atribuem os mesmos critérios de verdade a todas as ciências daquelas que distinguem as ciências metodológicas das substantivas, e, entre estas, as naturais das sociais ou humanas – que adotam o objeto da ciência como critério fundamental para pensar a verdade.

### **O objeto como variável fundamental**

Ao pensarmos na possibilidade de se alcançar a verdade podemos classificar as teorias sobre a verdade não em termos de categorias discretas, mas de um contínuo, que vai do realismo ingênuo e absoluto ao relativismo radical e cético. Para nos situarmos nesse contínuo, entretanto, não podemos limitar a uma única posição, porque seremos mais ou menos otimistas em relação à possibilidade de alcançarmos a verdade dependendo do tipo de ciência que estamos praticando: se trata-se de uma ciência metodológica, ou então substantiva, e neste segundo caso, se é uma ciência natural, ou uma ciência social.

O fator determinante que torna uma teoria mais realista, mais próxima da verdade, ou mais relativa, mais subjetiva não está na natureza do sujeito que conhece – afinal esse sujeito somos nós com todas as nossas limitações e condicionamentos – mas do objeto que está sendo estudado. O que depende do sujeito não é a possibilidade de se alcançar a verdade, mas sua capacidade de alcançá-la seja porque seus conhecimentos correlatos são insuficientes ou porque suas condicionantes ideológicas e psicológicas o levam a ver o mundo que o cerca de forma distorcida. O sujeito, enquanto observador dessa realidade, e as palavras organizadas em afirmações ou em teorias que ele usa, são também fontes de dificuldade, mas são fontes que, neste contínuo a que estou me referindo, variam apenas na medida em que os sujeitos são condicionados historicamente ou detêm conhecimentos insuficientes para analisar de forma

---

<sup>1</sup> O *Novo Aurélio* (@), por exemplo, a define como “conformidade com o real”. O *Oxford Advanced Learner’s Dictionary* (1974) afirma que a verdade é a qualidade ou estado de ser verdadeiro, e verdadeiro é o adjetivo que qualifica “o que está de acordo com o fato”.

científica o objeto. Já o objeto que está sendo observado varia de maneira extrema quanto à facilidade ou dificuldade de ser corretamente compreendido e explicado. Existe aqui uma dificuldade objetiva de alcançar a verdade que varia de acordo com a complexidade, mutabilidade, e grau de liberdade do objeto estudado. E varia também de acordo com a ambição da verdade que queremos afirmar. Uma coisa é afirmar uma verdade cotidiana ou simples (“esta é uma cadeira”; “quanto maior o preço, menor a quantidade demandada”), outra coisa é buscar a verdade sobre sistemas complexos.

Fiquemos apenas com a verdade sobre sistemas complexos, que é realmente a verdade que importa do ponto científico. A dificuldade originada da complexidade, portanto, estaria controlada na medida em que todas as ciências têm como objeto sistemas complexos. Mas temos, ainda, que considerar a mutabilidade e a liberdade dos elementos que compõem o sistema. Pensando em apenas três ciências substantivas, a física, a biologia, e a economia – as três analisam sistemas complexos; mas os elementos que os compõem, no caso da física, são elementos inanimados relativamente estáveis e não são dotados de liberdade; no caso da biologia, são elementos vivos que estão em contínua mudança, mas igualmente não são dotados de liberdade; enquanto que os elementos que compõem os sistemas econômicos, e, mais amplamente, todos os sistemas sociais são seres humanos em contínua mudança, com capacidade de aprendizado, e liberdade de escolha.

A conclusão que desse raciocínio se tira é clara: a física tem maior probabilidade de alcançar a verdade do que a biologia, e esta maior possibilidade de alcançar certeza do que a economia. Ou, mais genericamente, é legítimo afirmar que a ciência terá tanto maior condições de alcançar a verdade sobre os sistemas que estuda quanto menor for a complexidade desses sistemas, quanto menor for a mudança dos seus elementos e das relações entre eles, e quanto menor for sua liberdade e capacidade de aprendizado. Não obstante, grande parte da discussão filosófica a respeito da verdade e da metodologia científica para alcançá-la e verificá-la – sobre os critérios que tornam uma afirmação verdadeira – ignora ou não atribui importância central às diferenças entre os objetos do conhecimento. Refiro-me, especialmente, à discussão de filósofos positivistas como Hempel, Popper e Lakatos. São positivistas em diversos graus, mas coincidem em colocar na mesma cesta tanto as ciências naturais quanto as sociais.

Para avaliar as dificuldades enfrentadas para se alcançar a verdade, entretanto, não basta considerar a natureza do objeto estudado. O problema está também no sujeito e na forma pela qual ele se relaciona com o mundo objetivo dos sistemas que estuda, porque as dificuldades subjetivas, relacionadas com interesses, emoções, e condicionantes sociais terão um peso tanto maior quanto mais livres e capazes de aprender forem os elementos que compõem os sistemas estudados. Os filósofos também insistem em desconsiderar ou a reduzir a importância das condicionantes inconscientes que Marx e Freud descobriram na medida em que estão fundamentalmente interessados na lógica da justificação, nos critérios da verdade, e não na lógica da descoberta. Nesse caso, têm razão, já que essas condicionantes não oferecem critérios objetivos para se avaliar a verdade de uma afirmação ou de uma teoria. Elas podem nos levar, legitimamente, a desconfiar da verdade afirmada por alguém ou por uma escola de pensamento, mas isto não é bastante para que uma verdade seja rejeitada.

Portanto, tanto o sujeito quanto o objeto são variáveis fundamentais no processo do conhecimento, mas o objeto é a variável-chave: ele é essencial para determinar o grau de certeza que possamos ter sobre uma afirmação, para definir a capacidade desse enunciado de corresponder aos fatos ou ser verdadeiro. Quais são os objetos da verdade? Já afirmei que são sistemas, mas não são apenas sistemas reais, físicos, biológicos, ou sociais. São também os raciocínios lógicos ou matemáticos, a metodologia. É por isso que o primeiro nível de classificação das ciências é aquele que opõe as ciências substantivas, que têm como objeto sistemas reais e como objetivo, explicá-los, e as ciências metodológicas, que não têm objeto, mas apenas objetivo: fornecer métodos, caminhos, para que o conhecimento científico verdadeiro possa ser alcançado.

Os sistemas lógicos, ou matemáticos, ou estatísticos, ou de decisão são também sistemas complexos, mas, como não têm um objeto ao qual deverá corresponder, o problema da correspondência não se coloca. O único critério de verdade lhe é interno: é sua consistência lógica. Este é um critério que pode ser alcançado com mais segurança, e que nos obriga a acrescentar um degrau na nossa escala de dificuldades científicas ou de probabilidade de alcançar a verdade. Quando nosso tema é lógico ou metodológico, como é o caso dos teoremas matemáticos, podemos ter a verdade plena, porque ela depende exclusivamente dos axiomas básicos e da lógica que a eles se segue. Quando o objeto é substantivo, será preciso

saber qual o grau de complexidade, mutabilidade, capacidade de aprendizado e liberdade que apresentará. Assim, depois das ciências metodológicas, temos, nessa ordem, as físicas, as biológicas e as sociais ou humanas. Nestas, não haverá grande dificuldade quando o problema for apenas de classificar e nomear os objetos, mas quando se busca estabelecer relações de causas e efeitos, e prever comportamentos, o problema se complica. Agora temos como objeto sistemas sociais extremamente difíceis de explicar e prever porque sua ação está sujeita a permanente mudança, a aprendizado, e à liberdade do sujeito de definir objetivos e meios para alcançá-los.

No momento em que os elementos são humanos e têm objetivos pessoais e grupais a alcançar, o problema dos valores se coloca. A ciência estuda o ser, a realidade como ela é, dizem-nos, enquanto a moral ensina o dever ser, como é que devemos nos comportar. Mas, no momento em que os comportamentos que estão sendo estudados são determinados por objetivos, envolvem valores, estes passam também a ser objeto de estudo científico. Enquanto no caso das ciências metodológicas e das ciências naturais, os problemas de valores só se colocam indiretamente (refiro-me à ética da pesquisa), no caso das ciências sociais os valores estão embebidos no comportamento a ser estudado. Este fato torna o problema das ciências sociais ainda mais difícil, não tanto porque aumenta sua complexidade, mas porque, nesse momento, as dificuldades relativas ao sujeito e aos seus interesses e paixões, a suas crenças e a suas ideologias, surgem com toda violência.

Por outro lado, quando falamos em ciências sociais, além de incluir os valores, temos que incluir as instituições. Estas são a resposta da sociedade à falta de previsibilidade dos seres humanos se deixados por conta própria. Enquanto que não se pode falar em instituições como elementos integrantes do objeto das ciências substantivas, porque não faz sentido estabelecer regras de comportamento para seus elementos, as instituições são absolutamente essenciais para os sistemas sociais. É impossível viver em sociedade sem se observar um conjunto de regras formais e informais que tornam o comportamento de cada um minimamente previsível. Não faz sentido, portanto, pretender deduzir o comportamento humano apenas a partir de alguns pressupostos como o da racionalidade dos agentes. Se as sociedades não se contentam com essa racionalidade para garantir o comportamento previsível e socialmente aceitável de seus componentes, por que as ciências sociais poderão se

contentar ou se limitar a elas? Já vimos que uma tentação para os filósofos e os cientistas é ignorar a distinção entre ciências metodológicas e substantivas, e tentar aplicar o método das primeiras nas segundas. Essa tentação se expressa na proposição de que, uma vez aceitos determinados pressupostos de uma determinada ciência, o restante poderia ser uma questão de lógica. Veremos, entretanto, que nas ciências substantivas e principalmente, entre elas, nas ciências sociais, a adoção do método hipotético-dedutivo como principal método de pesquisa não é legítima. Esse método é próprio das ciências metodológicas. A tentativa mais ousada no sentido de tornar uma ciência social precisa, matematicamente demonstrável, através do uso do método hipotético-dedutivo foi realizada pelos economistas neoclássicos, mas os resultados alcançados em termos de explicação e previsão do comportamento dos sistemas sociais foi insatisfatório; implicaram ideologização e a irrelevância da teoria econômica assim desenvolvida (Bresser-Pereira, 2008).

## **Referências**

- Bouveresse, Jacques (1984) *Rationalité et Cynisme*. Paris: Les Editions de Minuit.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2008) “The two methods and the hard core of of economics”. In [www.bresserpereira.org.br](http://www.bresserpereira.org.br).
- Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda (s.d.) *Novo Dicionário Aurélio*. 1ª. edição, 15ª. impressão. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- Oxford Advanced Learner's Dictionary of Current English* (1974) Oxford: Oxford University Press.
- Williams, Bernard (2002) *Truth and Truthfulness*. Princeton: Princeton University Press.